



ESPECIAL

CAMPOS DE CARVALHO E UM TESTEMUNHO DE JORGE AMADO

Noel Arantes

1.

Lembrei já em outro artigo aqui da *PUB*¹(*) os cem anos de nascimento de Campos de Carvalho (1916-1998), autor de *A lua vem da Ásia* (1956), *O púcaro búlgaro* (1964) e outros romances que o transformaram em nome *sui generis* no cenário da literatura brasileira do século XX. Disse também que sua carreira foi intensa e curta e que poucos foram os escritores locais a mobilizar, como ele, vozes tão antagônicas em torno de si. Neste escrito, que poderia ser uma continuação daquele que cito, desejo uma reflexão a respeito de um

¹Nota dos editores: A Revista *PUB* teve duas edições. Em 2018 foi transformada no Blog Revista *PUB* – Diálogos Interdisciplinares e, em 2019, a sua versão impressa passou a integrar a Revista de Direito e Política.

problema específico que envolve o escritor. Refiro-me à aura de mistério que paira sobre ele em função do fato de ter renunciado à literatura. Em suma, interessa-me aqui o que podemos chamar de a *morte voluntária do escritor*, dada trinta anos antes do desaparecimento do homem civil.

O que determina a escolha temática é, por óbvio, o peso do gesto e, por extensão, as muitas cogitações que descenderam (e ainda têm descendido) dele. Parar de escrever pode chamar tanto a atenção quanto escrever. Em outros termos: o problema da renúncia e do silêncio parece concorrer com todos os outros interesses quando o assunto é Campos de Carvalho. Trata-se de uma preferência que é quase mania e que ocupa indiscriminadamente a atenção de tantos quantos o elegem como objeto de sua atenção. Qualquer coisa que se escreva a respeito dele terá como corolário a renúncia à literatura. Desde meados da década de 1970 e, em especial, nos últimos vinte anos, particularmente após o lançamento de uma *Obra Reunida de Campos de Carvalho* em 1995, esse fascínio concorre até com a mestria de seu talento. Mas não se deduza, no caso, que da constância descende o esclarecimento. Ao contrário, o imbróglio continua a frutificar e tem estimulado muita especulação que não avança além da superfície, com investidas que apenas renovam o que já está dado. Sintoma atual vem da epígrafe do breve estudo assinado por Carlos Felipe Moisés na recentíssima edição comemorativa dos sessenta anos de *A lua vem da Ásia*: “Escritor maldito, inclassificável, ele sumiu da vida literária dos anos 1970 até falecer, em 1998, deixando um punhado de livros. E um mistério que precisa ser revisto”.

Salvo engano, o “mistério” a que se refere o analista (e “que precisa ser revisto”) quer dizer: *Por que Campos de Carvalho emudeceu? Por que parou de escrever? Quando teremos uma resposta definitiva a essas dúvidas?*

Não tenho, claro, a pretensão de elucidar essas questões. Até pelo fato de que seja improvável a existência de uma só resposta

convincente. Ademais, sou por aquele pragmatismo que me parece muito útil, ainda que não encante ninguém. Acho que um escritor para de escrever da mesma forma que começou: sem justificativa ou motivação explícita e necessária.

Ainda assim, dou fé ao paradoxo e me ocupo da verificação de alguns pressupostos que já se tornaram um rótulo em relação ao escritor por conta de ele ter renegado seu ofício. Exemplo a meu ver instigante será aquele juízo franqueado por Jorge Amado e reafirmado à exaustão por inúmeros comentadores de Campos de Carvalho que vieram depois do escritor baiano; o veredito que passou de boca em boca como verdade preciosa: “vítima de todas as injustiças e de todas as perseguições políticas da direita e da esquerda, Campos de Carvalho trancou-se no mais obstinado e absurdo dos silêncios”.

Desde que assim se manifestou no prefácio da *Obra Reunida*, em 1995, Jorge Amado criou descendência e nutriu solidariedade e empenhos de quem sequer havia nascido quando Campos de Carvalho se calou. Pelas mãos de Jorge Amado, Campos de Carvalho passou a exemplo terminado daquele artista que foi vítima de um aparelhamento sutil e cruel, cujo intuito outro não era senão a proscrição. Seu reconhecido talento teria inexoravelmente sucumbido a uma hostilidade calculada, tecida arditosamente desde o aparecimento de *A lua vem da Ásia*; um empenho pusilânime que os outros títulos que publicou somente fizeram robustecer. Daí que tenha restado, para muito além de escritor talentoso, como mártir.

A equação formulada por Jorge Amado, que podia ter passado como observação generalizante, ganhou, nas leituras que se fazem dela, uma clareza que em essência ela não tem. Uma visada mais crítica, ou mais pragmática, talvez inquirisse algo a respeito desses tais *perseguidores* — Quem eram? Onde, quando e como deram azo a essa sanha persecutória? A renúncia do escritor aos livros procedeu de fato dessa conjunção de forças negativas?

Não tenciono combater Jorge Amado. Especialmente porque creio que um só motivo seja suficiente para dar crédito à sua assertiva.

Basta que vejamos o que é, de fato, a sociedade brasileira para anuirmos com a possibilidade lançada pelo escritor baiano.

Campos de Carvalho foi um antípoda do falso moralismo tão conhecido de nossas convenções sociais, um opositor ferrenho de nossos bens mais imaculados, a começar pela religião e pela família. Uma sociedade francamente reacionária como a nossa tende, por princípio, a não suportar um anarquista libertário como ele. O reacionarismo e violência das elites contra tudo o que lhe pareça perigoso certamente não o pouparia. O momento que vivemos hoje é bastante didático e não deixa dúvidas sobre isso. Faz compreender facilmente a glória de “nosso fascismo tupinambá”, como dizia Graciliano Ramos. Somos candidamente dados à maquinação secreta, ao linchamento moral, à gratuidade da inculpação, e não é estranho que isto atinja artistas, escritores, cientistas etc. Basta que signifiquem uma ameaça, ainda que tênue. Basta que se lance nos jornais a primeira suspeita, os termos da primeira sentença condenatória, que o resto virá a reboque. É assim hoje e foi assim no passado.

Logo, o que pretendo demonstrar é que Jorge Amado indicou uma *possibilidade* factível e que essa indicação não foi devidamente destrinchada. É uma maneira de dizer que talvez tivesse sido mais útil aos estudos sobre Campos de Carvalho a prospecção da sentença que a comoção diante dela.

O próprio Jorge Amado deu pistas dessa hostilidade quando escreveu seu prefácio à edição francesa de *A lua vem da Ásia*. Ali, ele não hesitou em eleger “a incúria da crítica brasileira” como um dos obstáculos ao reconhecimento do talento de Campos de Carvalho no Brasil — “uma pobre crítica, tão terrivelmente amadora, tão desvairadamente esnobe, e que desarrazoadamente confunde vida literária e literatura”.

Para ele, e de forma indisfarçável, houvera, desde *A lua vem da Ásia*, não mais que um “silêncio planejado; o silêncio à grande representatividade da estreia de um verdadeiro romancista”. Isto, de fato,

parecia-lhe imperdoável; principalmente porque escamoteava dois problemas muito graves em uma só atitude: a ignomínia dos perseguidores que agem à socapa e a natureza ideológica da perseguição.

Um silêncio praticamente total a respeito desse acontecimento notável, a respeito desse fato novo: a grandeza solitária de um escritor incomum, de um escritor que pôs em desordem as fronteiras estabelecidas e revolucionou a palavra escrita. Porém, pouco importa a completa cegueira dos críticos; o tempo e os leitores trabalham em favor das obras cuja importância é concreta.²

Ainda assim, as palavras de Jorge Amado a respeito da soberba da crítica local fazem crer que as “perseguições da direita” vieram ali mais no sentido adjetival que substantivo. Não nos autorizam, portanto, a colocar Campos de Carvalho, como fazem alguns comentaristas mais recentes, entre aqueles que tiveram suas carreiras interditas pelo regime ditatorial e pelos lacaios da ditadura instalada com o golpe de 1964.

Claro que é bastante possível que, com o golpe e a consequente vitalidade dada à direita local, rebeldes e insurgentes como Campos de Carvalho estivessem muito mais expostos aos rancores do conservadorismo. O fato de ele ter abandonado a literatura em momento imediatamente posterior ao golpe poderia vir como indício desse anticlímax. Mas isto não é suficiente para cancelar uma relação clara de causa e consequência. Se Campos de Carvalho enfrentou o calvário da interdição de parte da “direita”, como fez constar Jorge Amado, ela não veio, pelo menos de forma direta, do regime, até pelo fato de sua obra ser anterior a 1964 (exceção feita às crônicas do *Pasquim*). Por terem circulado proximamente aos primeiros momentos da ditadura, seus livros e sua presença de escritor não alcançaram plenamente o momento de maior violência do regime, que é posterior,

² AMADO, Jorge. *Préface*. In: *La lune vient d'Asie*, Paris, Albin Michel, 1976.

mais precisamente a partir de 1968, quando o brilho do escritor já começava a se apagar. Ainda assim, talvez seja útil um breve desenho da situação de Campos de Carvalho antes do golpe de 1964 e depois desse fatídico acontecimento.

2.

Desde que se tornou conhecido com *A lua vem da Ásia*, o escritor foi objeto dos mais desencontrados juízos. Tão logo sua *novela de estreia* (que, a rigor, não é de estreia) ganhou a atenção da imprensa, vieram as avaliações divergentes. Ao largo dessa querela, ou quem sabe se estimulados por ela, estavam os leitores, certamente interessados em conhecer de perto a polêmica dicção do autor. Ao que parece, o livro desapareceu logo das livrarias e já em princípio dos anos sessenta não era muito fácil encontrar um exemplar disponível. Campos de Carvalho se manifestou a respeito dessa dificuldade em carta a Carlos Felipe Moisés:

Infelizmente não tenho nenhum exemplar de ‘A Lua Vem da Ásia’ para lhe mandar. Quando estive em São Paulo, em maio último, encontrei um exemplar na ‘Livraria do Povo’, aquele sebo da Praça João Mendes, e comprei-o para oferecer a um amigo. É possível que lá ainda exista um exemplar, ou em outro sebo qualquer — pois a edição está realmente esgotada e nem aqui no Rio consigo achá-lo.³

³ Malgrado o sucesso de muitas teorias da recepção fundamentadas em dados como tiragem e vendas, e que pretendem, a partir desses parâmetros, recompor a história da leitura de uma obra, prefiro insistir na dificuldade de se mensurar o ânimo do público leitor com base na exatidão dos números. No caso de *A lua vem da Ásia*, é provável que o livro nunca tenha alcançado a condição de *best seller* que já lhe foi atribuída em reportagem do jornal *O Estado de São Paulo* nos anos 1990 (“Best Sellers dos anos 50 e 60 são reeditados”). Sua história editorial, por exemplo, passa longe disso. Editado pela José Olympio em 1956, provavelmente teve tiragem reduzida, o que talvez tenha provocado o desaparecimento das livrarias. Somente nove anos depois da primeira edição o texto ganhou segunda impressão, a cargo da José Álvaro Editor, selo editorial bem mais modesto. Em quase vinte anos, teve somente duas edições. As outras vieram a partir de meados da década de 1970,

Mas é preciso anotar que muitos dos senões vindos da crítica contemporânea à primeira circulação de *A lua vem da Ásia* deram-se em campo civilizado. Eram, podemos dizer, críticas intelectualmente probas. Juízos que consideravam “o esforço de originalidade” do escritor “decepcionantemente negativo”, afirmando que se tratava de “uma novela um tanto fantástica e de significação bastante duvidosa”, eram desfavoráveis mas sem deixar de serem legítimos. Os críticos, claro, não tinham obrigação de dar consentimento a tudo que liam, como bem demonstra Barreto Borges em 1957:

Nos quadros de nossa literatura passada e atual, a feição satírica ou epigramática revelada por esse autor [Campos de Carvalho] talvez jamais tenha produzido espécimes dignos de nota, pelo menos no campo da ficção artística (...). Nessa novela, muito menos intrigante e divertida do que o autor por certo honestamente intentou, a fantasia especiosa mal disfarça a falta de uma autêntica imaginação criadora, e o pretendido humor dissolve-se na solução ácida de sombrio sarcasmo.⁴

Mesmo críticos como Sérgio Milliet, do qual já me ocupei mais detidamente neste número de *PUB*, não devem ser dados à vala comum da detração por ela mesma. Apesar do método questionável que o amparou em seu artigo (refiro-me à tese da intenção do autor e à confusão entre o escritor e o livro), ele leu *A lua vem da Ásia* como achava que devia ter lido. Cogitar que tenha sido movido por segundas intenções é um risco desnecessário. Se nódoa há em sua atitude

quando Campos de Carvalho já tinha praticamente deixado de escrever, inclusive a edição francesa, pela Albin Michel em 1976, com tradução de Alice Raillard e prefácio de Jorge Amado.

⁴ Suplemento Dominical do *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1957. O trecho e as citações do parágrafo anterior constam do artigo “Um esforço de criatividade”. O artigo aparece na página encimada pela coluna “Prosa de Ficção”, de Barreto Borges. Pela diagramação, é provável que seja um adendo da coluna que o jornalista assina (tanto que é destacado por título “Registro”). Outra possibilidade é a de um apócrifo, de responsabilidade da editoria do Suplemento.

em relação a Campos de Carvalho, fica por conta somente daquela bobagem de antecipar aos leitores da *Tribuna da Imprensa* que escreveria na “Tribuna dos Livros” a respeito de “um livro escritor por um louco”. É uma falta de decoro que não combina com sua militância intelectual.

Contudo, é necessária uma ressalva: defender o direito da crítica de dizer o que pensa não significa validar todas as suas teses e, menos ainda, fincar pé de que não houve em relação a Campos de Carvalho hostilidade calculada. A propósito, e como já está dito, é uma ingenuidade imaginar que o texto ácido e a “arte bruta do escritor”, conforme expressão de Vilma Arêas, não melindrassem o moralismo besta dos formadores de opinião e o reacionarismo visceral tão característico de nossa imprensa.

Diatribes como as de Assis Brasil no “Suplemento Dominical” do *Jornal do Brasil* em abril de 1957, que mostram um analista indignado com o que chamou a “mais superficial e suja *literatura*”, *falam* por si:

A lua vem da Ásia, livro que não é escrito nem em forma de diário, nem de memórias, é um amontoado de crônicas superficiais, assim como foi escrito *Tribo*, que o autor se dignou classificar de ensaios (?). Querendo, no entanto, lançar uma obra de ficção, que naturalmente teria uma acolhida melhor ou mercado, Campos de Carvalho usou o material que tinha à mão; velhas crônicas cheias de “revolta” e frustrações, dadas à luz nas suas vigílias de quarentão.

O autor, em *A lua vem da Ásia*, fala por um pseudopersonagem, a quem tenta dar caracteres de loucura, para tornar plausíveis e aceitáveis muitos de seus conceitos e observações, que já foram usados em *Tribo*, não se preocupando, no entanto, o autor (ou não se lembrando de fazê-lo), de se esconder por trás de um suposto lunático. No seu primeiro livro, o louco é mesmo Campos de Carvalho (...).⁵

⁵ BRASIL, Assis. “A literatura de Campos de Carvalho”. In: *Jornal do Brasil*, Suplemento Dominical, 7 de abril de 1957, pág. 2.

Afora a confusão entre *Tribo* (1954) e *Banda Forra* (1941), injustificável, diga-se de passagem, o crítico noviço trocou a boa oportunidade de fazer análise comparada pelo interesse do juízo moral. Não levou em consideração que *A lua vem da Ásia* pudesse ser um diálogo e um passo adiante em relação a *Tribo*, livro que o próprio Campos de Carvalho rejeitou, embora o admitisse “um resumo do que viria depois”. A propósito, análises ulteriores, e de outros comentadores, se encarregariam dessa comparação com muito tino. Assis Brasil não foi além de uma visada comparatista míope, dada a transformar o debate artístico em uma questão pessoal; empenho tão desastroso quanto a sua noção de gênero literário e seu tino de documentalista, o que, a propósito, deixa a dúvida se ele realmente teria lido *Tribo*.

Seja como for, o que pretendeu foi o julgamento por si mesmo, a admoestação de ordem moral e pessoal. Para ele, o que estimulava o autor à ficção não era mais que a vantagem pecuniária ou a vaidade. A fonte de inspiração era a revolta e a frustração e até a idade conspirava lhe serviu de mote para atacar a pessoa do escritor. Para fechar o cerco, o mesmo empenho (talvez inspirado na crítica de Milliet) em eliminar a distância entre escritor e personagem, ficção e biografia, o que, em termos de crítica, não é uma boa escolha.

Quanto à ideia de “literatura suja”, é de se estranhar a condenação higienizadora. Definitivamente, não parece adequada a um rapazote de vinte e quatro anos, que era a idade de Assis Brasil quando começou no Suplemento do *JB* em 1956. Naturalmente não se dava conta de que sofria de um mal correspondente àquele que viu no autor que criticava, mas dado às avessas. Se Campos de Carvalho sofria de uma adolescência tardia em suas “vigílias de quarentão”, o analista sofria de um envelhecimento precoce; e, decerto, envelhecimento da alma, que é muito pior. Mas, tal qual vemos hoje fartamente nos jornais, na TV e na internet, os nossos “tesouros de bestice rural e urbana”, para lembrar aqui uma expressão de Roberto Schwarz, não

se limitam somente aos idosos em anos; eles também contaminam, e irremediavelmente, parte da juventude.

3.

Permito-me agora a uma breve digressão histórica. Acho que seja importante recuperar alguma coisa do momento vivido por Campos de Carvalho e de suas projeções posteriores.

A normalidade democrática experimentada sobretudo nos anos de vigência do mandato de Juscelino Kubistchek, ainda que com muitas ameaças de retrocesso, começou, de fato, a fazer água com a renúncia de Jânio Quadros em 1961. Tornou-se, depois, tormenta com a tentativa de reformas do presidente Goulart (legitimamente empossado no cargo, diga-se) em no período 1963-64 e naufragou de vez com o golpe de 31 de março 1964. Os anos de civilidade foram poucos e quiméricos. Hoje, é provável que tenhamos condições muito favoráveis para dizer que o breve período de plena democracia experimentado, especialmente durante a utopia desenvolvimentista dos anos JK, foi mais exceção que regra.

No Brasil, a democracia está sempre como *anormalidade* e não é muito que democratas de hoje sejam amanhã apontados nas ruas e devidamente apedrejados. A regra é que a violência e o reacionarismo das elites logo contaminem a suscetibilidade das camadas médias, afeitas ao primitivismo fulcral que, há séculos, mantém de pé a Casa-Grande, e, sem demora, se espalhe pela massa de desfavorecidos, prisioneira da ignorância, da impossibilidade de reflexão crítica e do exercício da cidadania. É assim que, ciclicamente, o país retorna ao que sempre foi e o mais tacanho conservadorismo torna-se um vagalhão que inunda a pátria — e com direito a tudo que o anima: messianismo abobalhado, cruzada moral e moralismo vingador, manifestações deprimentes de fanatismo religioso, clamor acrítico por justiça, propagação das virtudes dos bons, brados contra o perigo do comunismo, enfim, o supino espetáculo da miséria humana nacional.

É nesse pano de fundo que o juízo de Jorge Amado a respeito das possíveis perseguições a Campos de Carvalho pode ganhar novos contornos.

Embora, como já foi dito, a sentença de Jorge Amado não tenha sido esmiuçada, ela sempre parece restar como um alerta, uma voz da consciência a dizer, lá no fundo, que algo está errado. Sob tal perspectiva, a afirmação das “perseguições de direita” abre uma janela importante, especialmente se levarmos em conta que, com a ascensão dos militares, ascenderam também os empenhos mais escusos do adesismo, e estes se espalharam por todos os setores da vida da nação, não poupando, claro, a atividade intelectual. Parte significativa dos meios de comunicação foi transferida, por força das circunstâncias, aos novos empresários da palavra, que descobriram na ditadura, e com a ditadura, o primado da prestidigitação como regra para a “informação”, mas que, no fundo, não era mais que passaporte para a vantagem pessoal. Par e passo, os grandes jornais que não tinham mudado de donos tiveram mudados os próprios donos, que logo se transformaram em porta-vozes do conservadorismo a soletrar a cartilha do poder e das elites. Qualquer semelhança com a grande imprensa de hoje não é mera coincidência. Despolitizar, diluir, distorcer e, claro, apagar qualquer vestígio de consciência e de inteligência nas artes e na atividade intelectual se tornou um preceito na imprensa da época. Muitos dos homens de cultura que a censura, a prisão e o exílio não sofreram diretamente acabaram como joguetes ou figuras risíveis diante da palavra dos proprietários da informação (ou da desinformação, o que dá na mesma), logo na aurora do golpe. Foi uma maneira de partir para a ignorância, tanto no sentido figurado como no sentido próprio da expressão; maneira, como sabemos, muito eficiente de perseguir e/ou aniquilar.

Mesmo entre os homens de ideias (os intelectuais, vá lá), e mesmo antes do endurecimento do regime em 1968, a “nova ordem salvadora” anunciada em 1964 ganhou adeptos de primeira hora, e não

foram poucos. Muitos desses, aliás, deram, depois, às de vila-diogo, eximindo-se da responsabilidade de terem insuflado o caos. Mas o fato é que até mesmo quem era considerado (ou se passava por) progressista resolveu tocar na banda dos *vitoriosos*, como se vitória houvesse, tão logo o governo militar se instalou ou mesmo antes disso. O peso que a imprensa teve na queda de João Goulart, por exemplo, embora se tenha procurado escamoteá-lo subsequentemente, é página indelével da história. Caso haja dúvida, é só nos darmos ao trabalho de ler os textos saídos da pena da turma do *Jornal do Brasil* e que compuseram o famigerado *Os idos de março e a queda em abril*, cuja intenção era a de produzir um “documento histórico” sobre a queda de Goulart e a vitória dos militares, mas que, no lugar disso, ofertava não mais que covardia, distorção dos fatos e sabujice.⁶

Dentro desse panorama, talvez haja espaço para contar aqui um episódio que nomearei *sintomático* e que bem ilustra o canalhismo que correu solto na imprensa brasileira logo após do golpe de 1964. Tanto melhor porque se trata de um acontecimento que envolveu diretamente Campos de Carvalho. Ao relembrá-lo é quase impossível não pensar na maneira como se comporta a imprensa hoje e na vileza dos propósitos que a orientam, confirmando que nossa tragédia enquanto sociedade vem de longe.

Em uma das muitas pesquisas que realizei a respeito de Campos de Carvalho em jornais das décadas de 1950 e 1960, encontrei no *Correio da Manhã* do dia 9 de abril de 1964, à página 5 do 1º Caderno, uma nota curiosa. Reproduzo-a integralmente:

⁶ DINES, Alberto; CALLADO, Antonio; NETO, Araújo et alii. *Os idos de março e a queda em abril*. José Álvaro Editor, Rio de Janeiro, 1964. Otto Lara Resende, no tom glorioso dos prefácios, diz que o livro nascera “de um encontro de um editor de livros — José Álvaro — com um editor de jornal — Alberto Dines”. Mais à frente, repisa o que lhe parecia uma origem também gloriosa: “*Os idos de março* nasceu, assim, no lugar adequado: na redação de um jornal. Para escrevê-lo, foram convocados oito repórteres de primeira ordem, todos integrantes atuais dos quadros do *Jornal do Brasil*”. Esqueceu-se somente de dizer que o livro escrito por “repórteres de primeira ordem” era de quinta categoria.

Os romancistas Campos de Carvalho e Moacir C. Lopes, autores respectivamente de *A chuva imóvel* e *Maria de cada porto*, vieram à nossa redação para declarar que, a respeito de um manifesto anteontem publicado nos vespertinos, onde seus nomes figuram, desejam esclarecer que não são nem nunca foram comunistas, repudiando ambos quaisquer golpes totalitários, venham eles da esquerda ou da direita, conforme provam todos os livros.⁷

No mesmo 9 de abril, outro periódico, o *Jornal do Brasil*, trouxe à página 3 do 1º Caderno algo similar, encimado pela manchete “Escritor refuta acusação”:

O escritor Campos de Carvalho, autor de *Vaca de sutil* e *A chuva imóvel*, e signatário do manifesto de fundação do Comando dos Trabalhadores Intelectuais, disse ontem ao *Jornal do Brasil* que “nunca foi e nunca poderia ser comunista”, respondendo à acusação contida em matéria paga e publicada anteontem em dois jornais.

— O tal manifesto da CTI, assinado no dia 7 de outubro de 1963, e não agora, nem no mês passado, falava na defesa das liberdades democráticas e da luta pela emancipação cultural e econômica do País, e eu, como escrito, sempre emprestei às palavras o seu sentido exato e único, não aquele que agora lhes querem atribuir os fariseus e os demagogos de todos os tipos — acentuou Campos de Carvalho.

Não há dúvida de que sejam dois registros chamativos, até pelo que têm, inicialmente, de inusitado.

De um lado, o escritor que, prestamente, vai aos jornais para se livrar da pecha de “comunista” imposta a ele por “fariseus e demagogos”; de outro, o fato de que acusações de certa natureza, de tão hipócritas, não merecem resposta. A não ser que o admoestado tenha urgência em se proteger.

⁷ *Correio da Manhã*, 1º Caderno, Rio de Janeiro, 9 de abril de 1964, quinta-feira, pág. 5.

Não é, pois, difícil que pareça ao leitor mais suspeito que o que estava realmente em jogo na atitude de Campos de Carvalho era a salvação da própria pele. Ainda assim, é de bom alvitre que não fechemos os olhos para certos detalhes presentes nos dois comunicados, sobretudo no primeiro. São detalhes que vem como salvo conduto. As declarações de “repúdio a quaisquer golpes totalitários” e de “defesa das liberdades democráticas e da luta pela emancipação cultural” são de uma ingenuidade ímpar e certamente não estariam nos planos de quem quisesse somente se proteger ou, biblicamente, negar a companhia dos aliados de outrora.

4.

De qualquer forma, há algo mais importante a dizer sobre as notas do *Correio da Manhã* e do *Jornal do Brasil*, e que concerne à origem da “acusação” que pesou contra Campos de Carvalho.

Já através da nota do *Jornal do Brasil* sabemos que se tratava de uma denúncia com base no fato do escritor ser “signatário do manifesto de fundação do Comando dos Trabalhadores Intelectuais”, que, como informa o próprio Campos de Carvalho, tinha se dado havia seis meses, a 7 de outubro de 1963. Somente nos perguntamos o que isto tem a ver com *militância comunista*. Tentemos a explicação do fato.

Com efeito, o manifesto do CTI, e o próprio Comando, tiveram lugar no instante em que o presidente João Goulart dava forma às profundas reformas na organização da vida e da sociedade brasileiras. A rigor, a pauta que daria corpo às Reformas de Base de Jan- go anunciadas no Comício da Central a 13 de março de 1964 fora gestada ainda em 1963. Concernentemente ao papel dos homens de ideias naquele momento, lembra Rodrigo Czajka que se tratava de um contexto que “permitiu a reavaliação do papel das entidades e associações intelectuais na formulação de uma identidade nacional”. E prossegue:

Nessa atmosfera é que surgiu o Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI). Fundado em 07 de outubro de 1963, o CTI procurou desde o início de suas atividades congregar diversos artistas e intelectuais com o intuito de estimular a participação destes na consolidação dos interesses e reivindicações de uma “classe” dos intelectuais.⁸

Não obstante boa parte de seus quadros pertencesse ao PCB, o CTI não foi uma entidade vinculada ou submetida ao Partido; da mesma forma que não representava o governo de Jango. Todavia, como anota ainda Rodrigo Czajka:

(...) isso não inviabilizou a participação do CTI, nem o apoio de seus integrantes às atividades políticas do PCB e do governo Goulart. A confirmação disso é a participação do Comando no Comício pelas Reformas do dia 13 de março de 1964, na Central do Brasil (RJ), promovido por diversas entidades em apoio ao governo federal. A carta de convocação para o famoso comício trazia 21 assinaturas, entre elas a de Ênio Silveira como representante do Comando dos Trabalhadores Intelectuais.⁹

Visto isso, o que nos interessa realmente é como se deu o imbróglio *CTI /Campos de Carvalho /Comunismo*, que acabou levando

⁸ CZAJKA, Rodrigo. “O CTI e a formação das esquerdas culturais na década de 1960”. In: *Revista Temáticas Campinas — revista de pós-graduação em Ciências Sociais (IFCH/Unicamp)*, Campinas, janeiro/dezembro de 2011, p.63. Como lembra Czajka, “o CTI era presidido pelo editor Ênio Silveira” (a propósito, o editor de todos os livros de Campos de Carvalho, exceção feita a *A lua vem da Ásia*) “que durante três décadas esteve também na direção da editora Civilização Brasileira. Somavam-se ao grupo de membros-fundadores outros nomes como os do cineasta e historiador Alex Viany, do jornalista e crítico literário Álvaro Lins, do filósofo Álvaro Vieira Pinto, do jornalista Barbosa Lima Sobrinho, do dramaturgo Dias Gomes, do folclorista Édison Carneiro, do escritor Jorge Amado, do general e crítico literário Manuel Cavalcanti Proença, do poeta Moacyr Felix, do historiador Nelson Werneck Sodré, do arquiteto Oscar Niemeyer, do jurista e desembargador Osny Duarte Pereira e o próprio Ênio, além de outras centenas de nomes que se solidarizaram com o manifesto de fundação”.

⁹ Id. Ibid. p. 68

o escritor a buscar retratação pública nos jornais. Voltemos, pois, ao problema.

Antes de tudo, é preciso dizer que se trata de um fato que excede as fronteiras do que seja lamentável e envolve uma das mais asquerosas figuras da moderna história brasileira tanto quanto era execrável o jornalismo praticado no veículo de sua propriedade. Refiro-me a Carlos Lacerda e à *Tribuna da Imprensa*, o mesmo jornal que, coincidentemente, em 1957, imputara a Campos de Carvalho, pela voz de Sérgio Milliet, o epíteto nada honroso “louco que escrevia livros”.

Na edição do dia 7 de abril de 1964, na primeira terça-feira do mês — uma semana após o golpe de 31 de março, ocorrido também numa terça —, a *Tribuna da Imprensa*, sob direção de Hélio Fernandes, trouxe em sua página 3 uma matéria que hoje faria inveja ao editor Bonner e a toda cúpula do *Jornal Nacional*. Em um terço de página, à esquerda, e em letras garrafais, o jornal vociferou, à guisa de manchete: “Fundação do Comando dos Trabalhadores Intelectuais”.

Tratava-se da reprodução do manifesto CTI, publicado seis meses antes, a 26 de outubro de 1963, no *Correio da Manhã*. Logo abaixo, entre o cabeçalho e a reprodução do texto original do documento de fundação do COI, com o nome dos afiliados e apoiadores da entidade, uma exortação que é o cúmulo da falta de escrúpulos:

Este é o manifesto do chamado Comando dos Trabalhadores Intelectuais, que trabalhou ativamente pela implantação do governo comunista do Sr. João Goulart. Republicando-o com todos os seus nomes, chamamos a atenção do alto comando militar.

É difícil encontrar um adjetivo que seja condizente com a iniciativa que expunha, dentre muitos outros, nomes como Dias Gomes, Jorge Amado e Niemeyer, os médicos Mauro Lins e Silva e Álvaro Dória, os escritores Paulo Mendes Campos, Anibal Machado e Dalcídio Jurandir, o físico Leite Lopes, os músicos Carlos Lira e

José Luiz Calazans (o Jararaca, da dupla humorística com Ratinho), os dramaturgos Gianfrancesco Guarnieri, Oduvaldo Vianna e Oduvaldo Vianna Filho, o comediante Agildo Ribeiro, os atores Flávio Migliacio e Joel Barcelos, os pintores Di Cavalcanti, Iberê Camargo e Djanira, os cineastas Joaquim Pedro de Andrade e Nelson Pereira dos Santos, os economistas Cid Silveira e Cibilis da Rocha Viana e mais de uma centena de notáveis profissionais do direito e da arquitetura, do teatro, do rádio e da televisão, da universidade e do cinema.

Nesse rol de signatários, Campos de Carvalho apareceu na 17ª linha da coluna de escritores. Era a segunda vez que ela ocupava a *Tribuna* de Carlos Lacerda. Na primeira viera como “louco”; na derradeira, como “trabalhador ativo pela implantação de um governo comunista”.

Não é tão sem razão a ideia de Jorge Amado a respeito das perseguições.